



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Hruby, Hugo

Lugar privilegiado de produção do conhecimento histórico

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 2, núm. 3, septiembre, 2009, pp. 154-160

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597770281010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Lugar privilegiado de produção do conhecimento histórico

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, 246 pp.

Hugo Hruby

Doutorando em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

hugohruby@yahoo.com.br

Rua Assunção, 395/101

Porto Alegre - RS

91050-130

Brasil

Palavras-chave

Conhecimento histórico; História da historiografia; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Keyword

Historical knowledge; History of historiography; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

154

Enviado em: 12/08/2009

Autor convidado

Através da coleção *Memória Social* da Editora do Museu da República, chega-nos esse instigante livro de Lucia Maria Paschoal Guimarães. Nele, ao dar continuidade às suas pesquisas de doutoramento (GUIMARÃES 1995), a autora avança na análise da mais importante instituição do saber na cultura histórica brasileira, o IHGB, para além do mecenato de D. Pedro II. Esse trabalho serviu-lhe de título no concurso para professor titular (2000) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atualmente continua a desempenhar papel de grande incentivadora dos estudos historiográficos em nosso país. O livro, prefaciado por Arno Wehling, tem como objetivo analisar a trajetória da *Casa da Memória Nacional* da queda do regime imperial ao recrudescimento do autoritarismo na presidência de Getúlio Vargas. Do mecenato da Corte ao patronato do Catete. Para isso, ao longo de três capítulos, seguimos como fio condutor a atuação destacada de três sócios do Instituto: Afonso Celso, Max Fleiüss e Ramiz Galvão.

No capítulo primeiro, *Da Escola Palatina ao Silogeu*, é abordada a difícil situação da instituição no período posterior à instauração da República. Condição agravada pela ótica dos recém-chegados ao poder que viam a associação como uma herança típica do *ancien régime*. Despertando do “sono de crisálida”, o Instituto começa, paulatinamente, a sair do isolamento após a presidência dos Marechais (1889-1894). O acontecimento-chave apontado pela autora, que contribuiu decisivamente para que “o brilho dos velhos tempos” ressurgisse, foi a escolha de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, para a direção da associação em 1908. Apesar da curta gestão do famoso diplomata, falecido em 1912, essa “segunda caminhada ascendente” teve continuidade garantida pela laboração de Afonso Celso, eleito presidente do Instituto, bem como de Max Fleiüss (secretário) e Ramiz Galvão (orador). A cumplicidade desses três confrades permitiu uma “união harmoniosa e produtiva” de vinte e cinco anos, respeitadas as trajetórias pessoal e profissional, a influência teórico-metodológica e o estilo próprios de cada um. Afora os méritos da “trindade do Silogeu”, a autora examina como foi construída uma “aliança harmoniosa e fecunda” entre a associação científica e o governo Vargas. Do Silogeu viriam modelos para uma política cultural no Estado Novo; do Catete, favores e prestígio para a instituição entre a intelectualidade brasileira.

Em *A escola do patriotismo*, capítulo segundo, a autora investiga as ações desenvolvidas pelos sócios do IHGB para além de suas atividades internas rotineiras. Para esse fim, foram selecionadas três experiências acadêmicas sob a tutela do Instituto: o *Primeiro Congresso de História Nacional* (1914), o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (1922) e a *Faculdade de Filosofia e Letras* (1919-1921). As conclusões que a autora nos apresenta sobre as comunicações nesse Primeiro Congresso nos causam surpresa pelo ineditismo das abordagens e pela familiaridade dos autores com as principais tendências europeias de então. Se a importância dessa atividade é inegável para a sistematização de um tipo de conhecimento por determinado grupo letrado na busca da institucionalização, não menos relevante é o trabalho de divulgação desse saber. Os debates sobre a necessidade de a corporação expandir

os seus horizontes de atuação desembocaram na dificultosa elaboração do dicionário. Com grande repertório, continha desde o meio físico, passando pela formação étnica e cultural, até os principais fastos da história nacional e seus vultos. Além dessas atividades de pesquisa, a autora nos apresenta uma experiência singular no campo do ensino superior no país para a formação de docentes e burocratas nas mais distintas esferas. Da experiência, desde 1916, da Academia de Altos Estudos, surge a Faculdade de Filosofia e Letras, em 1919, inspirada no modelo da Escola Normal Superior de Paris. Contudo, não obstante o êxito inicial, a iniciativa não conseguiu escapar das críticas, cerrando suas portas em 1921. Muito bem articulado pela autora, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é apresentado como um valioso lugar de discussão, divulgação e formação.

O capítulo final, *Os grandes fastos nacionais*, dá ênfase ao caráter comemorativo da instituição. O ano de 1922 é particularmente rico para se levar adiante não só festejos rememorativos, mas revisões interpretativas do sucesso de 1822. Diálogos tensos e profícuos entre Memória e História. O *Ciclo de Conferências no Centenário da Independência*, que se estenderia até 1923, evidencia, conforme a autora, o “divórcio do Instituto com as concepções historiográficas ali construídas” desde os tempos monárquicos. Os autores das dissertações apresentadas no evento produziram textos abrangentes ao relacionarem acontecimentos políticos com questões culturais e sociais, enriquecendo, sobremaneira, os discursos historiográficos. O êxito de tal empreitada oportunizaria a organização do *Segundo Congresso Nacional de História* em 1931. Ainda a propósito das celebrações do centenário da Independência, o *I Congresso Internacional de História da América* deu continuidade ao trabalho do barão do Rio Branco quanto à problemática americana. A partir desse evento, a autora destaca a superação da tradição historiográfica oitocentista que privilegiava a civilização européia em detrimento da “barbárie” das vizinhas repúblicas americanas. Tal mudança está materializada no *Anteprojeto de bases para a elaboração da História Geral da América* esboçado pelos letrados que acorreram à cidade do Rio de Janeiro vindos de diferentes países do continente americano.

Nessa série de festejos e acerto de contas com o passado, no limiar da década de 1920, havia uma imagem que ensejaria todo o esforço de conciliação entre a República e o antigo regime. A autora analisa de que maneira a memória de D. Pedro II, muito cara aos sócios do IHGB, começa a adquirir uma nova vitalidade. A intensa participação do Instituto Histórico, com o apoio discreto do governo federal, contribuiu decisivamente para que o ex-imperador fosse identificado como “governante exemplar”, “cidadão nacionalista” e “símbolo do patriotismo”. Estes novos traços, desvinculados do regime que representava, somavam-se a outro deveras repetido na instituição, como o de “protetor das ciências e das artes”. D. Pedro de Alcântara converte-se em uma figura atemporal. Na investigação dessas práticas comemorativas em torno do antigo monarca, Lucia Guimarães examina como as categorias *historiográfica*, *monumental* e

cerimonial se aplicam aos programas e propostas idealizados no IHGB. Do longo e discutido processo de repatriação dos restos mortais do ex-imperador e sua esposa, passando pela “festa espetáculo” na baía da Guanabara e pelas formalidades em terra, e chegando à publicação de duas obras pela passagem do centésimo aniversário do *Protetor do Instituto* em 1925, é investigado como D. Pedro II foi incorporado, com as bênçãos da República e a “mão” do Instituto, ao panteão cívico nacional.

Por fim somos conduzidos ao *Terceiro Congresso de História Nacional* convocado para celebrar a passagem do primeiro centenário do Instituto Histórico em 1938. O estudo que a autora desenvolve sobre os temas estabelecidos pela comissão organizadora lhe permite traçar fecundas comparações com os eventos anteriores e nos apresentar considerações interessantes sobre o alargamento das perspectivas historiográficas. Maior tratamento à problemática da evolução econômica, diminuição dos temas sobre a história das instituições políticas, bem como das histórias parlamentar e do direito, ênfase na temática dos movimentos nativistas e preferência por personagens da história regional são algumas das novas visões presentes nesse evento. A pujança demonstrada nas comemorações dos cem anos da instituição não foi arrefecida nem mesmo com os falecimentos de Ramiz Galvão e Afonso Celso. Aprendendo com os antigos mestres, principalmente por essa série de iniciativas acadêmicas, uma nova geração de historiadores já estava apta para lhes suceder na casa.

157

Eu gostaria de chamar a atenção para um elemento que, mesmo sendo objeto de análise específica na quarta parte do segundo capítulo, parece-me transpassar o debate historiográfico apresentado no livro. Trata-se do “tribunal da História”. Apesar de constar como clichê em alguns discursos dos sócios, ele está presente como uma entidade regulamentadora, de difícil delimitação temporal e aplicabilidade pelos homens de letras que labutavam no ateliê de Clio. Através desse recurso, vários fatos passados e seus atores seriam revisitados na posteridade para serem julgados. O transcurso do tempo aclararia os episódios acontecidos, novos documentos seriam anexados ao “processo” e as paixões políticas já estariam amainadas, possibilitando o veredito em um futuro não definido. O maior distanciamento propiciaria a crítica melhor embasada, o que não prescindiria por completo de juízos políticos e morais. E o acesso a essa entidade julgadora pelos sócios do IHGB, nesses novos tempos de República, é examinado de maneira arguta por Lucia Guimarães. Os exemplos dados pela autora, como as discussões sobre a Revolução Pernambucana de 1817 e a publicação da *História da Independência do Brasil* (1917), do falecido e polêmico sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, demonstram a plena utilização dos vereditos dessa Corte reunida *in tempore oportuno*.

Toda essa trama institucional ao longo de cinquenta anos é apresentada em uma narrativa clara, bem costurada e selecionada, permitindo a leitura e discussão por todos aqueles, acadêmicos ou não, que se interessam pela História do Brasil. Outrossim, é uma escrita preocupada com as questões conceituais, discutindo uma rica bibliografia teórico-metodológica particularmente de matriz

francesa. Não obstante a delimitação temporal aposta no título (1889-1938), o livro nos conduz para além desse limite, dando-nos uma visão mais abrangente das mudanças e continuidades na Casa da Memória Nacional. Com muita propriedade, a autora estende a análise bibliográfica até os dias atuais, demonstrando como muitos daqueles temas e abordagens dos sócios do Instituto foram valorizados por estudos recentes. Não só diacrônica, mas sincronicamente, o escopo de análise ratifica a importância da atuação dos sócios para além das paredes do Silogeu. O Instituto Histórico não navegava à deriva pelo ambiente letrado da época, conforme as relações tecidas pela autora entre a instituição e as produções nacionais e européias.

Não bastassem as forças das palavras, a seleção das fotografias apostas ao final do livro nos permite adentrar naqueles espaços que transpiravam saber-poder. São dez imagens que nos familiarizam com semblantes, poses, rituais e lugares longínquos. Os anexos documentais, de igual maneira, possibilitam-nos perscrutar parte do material consultado na pesquisa. E esse exuberante manancial de fontes primárias confirma o quão profícua se mostra a pesquisa para aqueles que se debruçam sobre as páginas da Revista do IHGB (e seus diversos tomos especiais) e para os que têm o privilégio de pesquisar nas coleções organizadas nos arquivos da instituição. Podemos vislumbrar tal acervo no sítio (www.ihgb.org.br) e na belíssima publicação sobre o sesquicentenário do Instituto (ADONIAS 1990).

Lucia Guimarães encerra seu livro lançando o convite para que os pesquisadores continuem a refletir sobre o papel do IHGB nas primeiras décadas do século XX. Conhecedor de outros tantos trabalhos da autora, eu diria que suas pesquisas nos instigam a refletir por um período bem maior, pois através delas nos é possível acessar esta longa e copiosa trajetória da instituição. Em trabalho igualmente recente (GUIMARÃES 2006), a pesquisadora expande sua análise, comparando o Primeiro e o Quarto (1949) Congressos de História Nacional. E é a partir daquele convite que pretendo finalizar minhas considerações, tecendo problematizações que foram gestadas ao longo da prazerosa leitura do livro. Organizo-as em três blocos: 1) textos; 2) sócios; 3) instituições. Os dois primeiros serviriam para o retorno e aprofundamento do material pesquisado pela autora, enquanto o terceiro nos propiciaria lançar olhares para outros locais de produção do conhecimento histórico no Brasil a partir do IHGB. Mesmo corpus documental, outros consócios e demais lugares (com outros textos e seus produtores).

Poderíamos averiguar o registro, através dos discursos nas sessões e dos artigos publicados na Revista do Instituto, da participação mais efetiva dos demais sócios que por lá estiveram, para além da trindade do Silogeu. Através desses outros, analisaríamos a pertinência de diferentes propostas teórico-metodológicas sob as idas e vindas do jogo político. Um texto singular publicado na Revista, nos momentos tormentosos após a proclamação da República e que representa esse dilema historiográfico e político, foi escrito/adaptado pelo sócio Tristão de Alencar Araripe (ARARIPE 1895a e 1895b). Afora as interferências

políticas na historiografia, de que forma se deram as aproximações e afastamentos dos estudos históricos com a Literatura, Geografia, Etnografia, Arqueologia e Sociologia? O 1º Congresso Brasileiro de Geografia, por exemplo, foi realizado em setembro de 1909, anterior portanto ao de História organizado pelo IHGB. Que outras concepções de história eram aventadas nas discussões e sob quais leituras? As reflexões do historiador alemão Karl Lamprecht são discutidas, por exemplo, nas considerações do sócio João Coelho Gomes Ribeiro em outubro de 1911 (ATAS 1911). Na busca do *status* científico para as atividades desempenhadas, o que os sócios entendiam como “ciência”? Artigo de grande força argumentativa, que reflete sobre ciência, História, Filosofia da História e dogmas religiosos, foi escrito por Pedro Lessa (LESSA 1908). Para além de Afonso Celso e Ramiz Galvão, era considerável o peso do pensamento católico na produção dos demais consócios? E de que maneira interferia na articulação temporal e no embasamento crítico do conhecimento histórico? Talvez devamos ainda nos indagar sobre as estratégias narrativas, como o estilo no texto de história, ou conforme os sócios, sobre “predicados literários” destes. Seguindo a história institucional praticada pela autora, a partir da proclamação da República, aos poucos institutos provinciais fundados em tempos monárquicos se agregam muitos outros nos recém-fundados estados da Federação. Aos já existentes Institutos pernambucano (1862), alagoano (1869) e cearense (1887) somaram-se os de São Paulo (1894), Bahia (1895), Santa Catarina (1896), Rio Grande do Norte (1902), Paraíba (1905), Minas Gerais (1907), Sergipe (1912), Espírito Santo (1916), Piauí (1918), Maranhão (1925) e Rio Grande do Sul (1929). De que forma se constrói (ou não) essas relações institucionais, como também historiográficas, entre o centro cultural/político e seus congêneres?

Elenco apenas algumas sugestões diante de tantas outras que campeiam pelo ambiente acadêmico em nosso país, como podemos observar nos trabalhos apresentados e publicados em livros, periódicos e simpósios sobre a história da historiografia, e em cursos de pós-graduação, nas suas mais diferentes linhas de pesquisas, que têm a produção dos sócios do IHGB como objeto de estudos. Trabalhos que juntamente com os de Lucia Maria Paschoal Guimarães demonstram a vitalidade do momento como próprio à reflexão dos historiadores sobre o seu ofício. E especificamente sobre o Instituto, perde força a falsa percepção de que ele feneceu com a queda do trono e que continuou a contribuir para os estudos históricos somente pelo acervo documental. Outra noção equivocada estaria no menosprezo ao intenso trabalho e permanente diálogo entre os historiadores muito antes da insigne década de 1930, em que houve a fundação dos cursos de História no Brasil e a divulgação dos trabalhos de outra trindade: Caio Prado Jr. – Sérgio Buarque de Holanda – Gilberto Freyre. Continuarmos nos referindo aos historiadores do século XIX e início do XX como “positivistas”, “saudosistas” ou uma miríade de “autodidatas ilhados” parece-me descabido, principalmente após o livro *Da Escola Palatina ao Silogeu*. Um livro que exemplifica de modo magistral as palavras de outro historiador, cuja leitura julgo imprescindível aos que se dedicam à história da historiografia. De

acordo com Michel de Certeau, é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente” (CERTEAU 2006, p. 71). Será através das articulações discretas entre um saber e um lugar que os métodos serão instaurados, os interesses delineados e os documentos e as questões organizados. Portanto, seja pelo lugar, ou pelo período, ou ainda pela abordagem teórico-metodológica, o convite da autora permanece válido para que continuemos garimpando nesse rico filão.

Referências Bibliográficas

- ADONIAS, I. (Org.). **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 150 anos**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.
- ARARIPE, T. de A. Indicações sobre a História Nacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1895a [1894].
- _____. Indicações sobre a História Nacional, nota. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 58, parte 1, p. 343, 1895b.
- ATAS da 7ª Sessão ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 641-645, 1911.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- LESSA, P. A. C. Reflexões sobre o conceito da História. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 69, parte 2, p. 193-285, 1908 [1906].
- GUIMARÃES, L. M. P. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 162-181.
- _____. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, p. 459-613, 1995.